



Legislação
7/11/94
Miguel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 16/94

SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 1994

22 de Setembro de 1994

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Vitor Manuel Lopes de Andrade.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Srs. Joaquim Marques, Tremoço de Brito, Rui Filipe Casimiro, João Vieira, Jorge de Lemos, D^a. Maria do Rosário Martins e D^a. Maria Teresa Costa Macedo, conforme consta da relação anexa.

I - ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da informação escrita do Sr. Presidente da C.M.A. acerca da Actividade Municipal;

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 e a) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "Aditamento ao Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada";

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "Processo 78-PB/93 - Helder Correia - Indústria de Construção Civil, Ld^a. - Av.º Gago Coutinho, n.º 35/37, Centro Comercial Babilónia - Construção de Edifício";

4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "Processo 591-PB/92 - Sales e Pedrosa, Ld^a. - Av.º Conde Castro Guimarães - Freguesia da Venteira - Remodelação da Estação de Serviço da Shell";

5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa à "*Proposta para Aquisição de Máquinas e Viaturas por «Leasing»*".

Postas a Ordem de Trabalhos a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade dos 28 membros presentes (Documento em anexo a esta acta).

II - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante da folha que se anexa com esse título.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Srs. Jorge Marques, para falar sobre a segurança na Brandoa; e questionando a C.M.A. sobre a construção do Mercado Novo da Brandoa; a execução das Ruas no Alto da Brandoa; o Polidesportivo do Alto da Brandoa e, por fim, sobre o Centro de Saúde da Brandoa, e o Sr. José Madeira, habitante da Damaia, perguntando para quando a construção do Parque Urbano da Damaia uma vez que este está previsto há mais de 10 anos; o Plano Especial de Realojamento, perguntando qual o prazo que a Câmara prevê, desde a adesão até à concretização do realojamento uma vez que este plano prevê a concretização do mesmo em 3 anos e, por fim, sobre a dignidade habitacional, perguntando se as estruturas amovíveis com funções de realojamento são dignas. O Sr. Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas pelos munícipes, tais como, a Esquadra da Brandoa, dizendo que o Ministério da Administração Interna não vai fazer uma Esquadra na Brandoa, apesar da Câmara ter dado o terreno para instalar essa Esquadra, mas sim um Posto de Atendimento da PSP e que não sabe para quando a sua abertura; o Mercado Novo da Brandoa, dizendo que é um processo muito antigo e que não foi ainda concretizado por diversas dificuldades, sendo uma a da obtenção de terrenos; o Polidesportivo da Escola Fernando Namora, dizendo que a Câmara tem vindo a disponibilizar-se em conjunto com o Ministério, para a sua construção; o Polidesportivo do Alto da Brandoa, dizendo que foi quase destruído selvaticamente e que a Câmara o vai recuperar mas que não tem meios para evitar situações destas, mesmo enviando para lá a PSP; o Centro de Saúde da Brandoa, dizendo que já foi entregue o terreno ao Ministério, mas que o Ministério pretende mais terreno do que aquele que foi cedido e que esse terreno pretendido está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ocupado por barracas, pelo que primeiro têm de se realojar os habitantes das mesmas; as barracas na Amadora, dizendo que existem mais de seis mil famílias a viver em barracas e que aquando da Presidência Aberta na Área Metropolitana de Lisboa, a visita, no Concelho da Amadora, incidisse nas zonas de barracas, propositadamente para que fosse vista a situação lamentável deste problema de habitação; o PER, dizendo que está previsto para 1999 e que é impensável corresponder a este prazo, pelo que está previsto o seu alargamento; o Parque Urbano da Damaia, dizendo que a sua construção é para manter e que está enquadrado no PDM e que a propriedade dos terrenos ainda não está na posse da Câmara na totalidade e, por fim, sobre o realojamento, dizendo que as estruturas amovíveis são melhores do que as barracas e que a Câmara deliberou que fosse feito na Damaia, uma vez que foi lá que houve o incêndio. Após estas intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia deu este período por encerrado e de seguida interrompeu a Sessão, devido às manifestações do público.

IV - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

Após esta interrupção o Sr. Presidente da Assembleia informou o público que a Assembleia não pode dar resposta aos problemas, nem pode dar satisfação aos anseios dos munícipes, justos e legítimos que eles sejam, pois a Assembleia rege-se por um Regimento, uma lei que é muito explícita, onde diz que o público pode intervir num máximo de 30 minutos, pelo que não se pode fazer mais mas, também, que pode ser analisado o problema em questão, em Comissão própria. Disse ainda que, caso queiram resolver o problema, se devem dirigir à Câmara, em reunião desta, e ainda que a Comissão Permanente está disposta a fazer uma reunião com os representantes dos moradores para se tentar resolver o problema e, também, que a Assembleia não toma decisões executivas, podendo manifestar as suas preocupações à Câmara, recomendando-lhe que reveja as decisões tomadas. Nesta altura, o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu novamente os trabalhos devido à impossibilidade de continuar, face às manifestações do público. Após esta interrupção, o Sr. Presidente da Assembleia informou que, devido ao adiantado da hora, a Mesa tomou a decisão de entrar na discussão da Ordem de Trabalhos.

V - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do nº. 1 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da informação escrita do Sr. Presidente da C.M.A. ácerca da Actividade Municipal;

O Sr. Presidente da Assembleia informou que todos os membros da Assembleia receberam o Relatório da Actividade Municipal atempadamente. De seguida informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Srs. António Oliveira e Luis Francisco.

O Sr. António Oliveira, na sua intervenção, falou sobre o realojamento da população das barracas que arderam na Damaia, dizendo que deve ser ponderado o seu realojamento, porque há cerca de dez anos, também foram, devido a incêndio, realojadas seis famílias, provisoriamente e hoje são cerca de noventa famílias que vão ser realojadas pelo projecto PER; que a situação, hoje, é diferente, pois se 1993 eram noventa famílias, hoje são muito mais; que a posição da Junta de Freguesia da Damaia é diferente, uma vez que a criação de um novo polo de ciganos, na Damaia, faz com que todo aquele espaço fique ligado por ciganos; que não é contra os ciganos, nem racista, mas que a população da zona também deve ter a sua privacidade, isto é, poderem vir à rua, abrir as janelas, etc., sem terem o panorama dos ciganos nús e a fazerem as necessidades na rua, pelo que solicita à Câmara que repondere o realojamento dos ciganos naquele espaço, uma vez que não devem haver dois pólos no mesmo local, sob pena de todos os ciganos afluírem áquele local e à Freguesia da Damaia.

O Sr. Luis Francisco, na sua intervenção, leu um documento sobre o Lote 197, sito na Rua 4, na Brandoa (Documento em anexo a esta acta).

O Sr. Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, tais como, o docu

mento lido pelo Sr. Luis Francisco, dizendo que deveria ser entregue à Câmara pela Junta de Freguesia e não à Assembleia e sobre a intervenção do Sr. António Oliveira, dizendo que compete à Câmara a escolha do local para o realojamento das pessoas e não à Assembleia; que alguns residem na Damaia há mais de 25 anos; que estes devem ser realojados na Freguesia onde residiam. Nesta altura, o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, para dizer que dava a Sessão por encerrada, em virtude de não haver possibilidades da sua continuação, face às manifestações do público, às 23.02 horas.



